



**CONTROLE E MODELAGEM DA PAISAGEM URBANA:
O Conjunto São Vicente de Paulo e a reapropriação cultural do espaço.**

Rafael Carvalho Fernandes Pereira
Universidade Federal do Ceará
rcarvalho.fp@gmail.com

André Araújo Almeida
UNI7/UNIFOR
arqandrealmeida@netscape.net

RESUMO:

O presente trabalho aborda a forma com que a paisagem urbana é produzida e controlada através das forças políticas e econômicas, com fins de domínio cultural da percepção e compreensão dos habitantes sobre o espaço. Favelas sofrem de forma bastante particular tais impactos, principalmente quando são objeto de projetos habitacionais, geralmente caracterizados por intervenções de homogeneização e normatização da sua paisagem. O Conjunto São Vicente de Paulo em Fortaleza, de ocupação espontânea passou a conjunto habitacional no início da década de 1980. Mesmo com forte resultado homogeneizador, passados mais de 30 anos, percebemos como a espontaneidade e a autonomia dos seus moradores volta a se materializar na sua paisagem. As relações sociais e o sentimento de pertencimento recriam a identidade coletiva, reconfigurando e ressignificando o espaço, sobrepondo a cultura local ao modelo estatal imposto.

Palavras-chave: Urbanismo; Paisagem Urbana; Favela, Identidade.

GT – 10: Práticas culturais na produção da cidade.

1 INTRODUÇÃO

O modelo de cidade europeia na Baixa Idade Média, marcados, entre outras coisas, pela forte presença de banqueiros e comerciantes, produziu uma ordem simples de relações entre os agentes existentes. Nessas relações, diferente da contemporaneidade, o valor de uso predominava sobre o valor de troca (LEFEBVRE, 2006 *apud* CANZI; TEIXEIRA, 2017). Através de Cozen (2009) compreendemos que os planos urbanos medievais, quando existiam, eram muito simples e adaptativos, decorrentes do crescimento das cidades. Caracterizavam-se basicamente pela criação de um ponto central, como, por exemplo, os largos e as ruas de comércio, mas que resultavam em cenários com grandes variedades visuais. Essa forma de planejar (organizar) o crescimento das cidades criou modelos espaciais facilmente reconhecidos pela grande força simbólica, de grande importância hoje para a compreensão das paisagens históricas medievais.

Canzi e Teixeira (2017) identificam que foi durante a Revolução Industrial que a ideia de “urbanização” passou a ser utilizada pelos atores e instituições reivindicando a cidade para o desenvolvimento econômico. A urbanização planejada (projetada) produziu espaços contraditórios e fragmentados. A cidade, antes resultante dos conflitos de interesses dos diversos grupos sociais, agora passa a atender de forma mais intensa aos interesses dos grupos dominantes. O poder econômico, capaz de grandes investimentos de estruturação urbana, e o político, utilizador da legislação como ferramenta de controle e normatividade do espaço a se estruturar, criam uma nova ordem espacial para além daquela resultante das relações sociais existentes (GOTTDIENER, 1993, *apud* CANZI; TEIXEIRA, 2017).

Froner (2009) afirma que tais processos (industrialização e urbanização) produziram intensa desarticulação social e histórica da paisagem das cidades, não apenas pelo emprego da normatividade de leis, mas também pela descaracterização (técnica e cultural) de construções tradicionais. Isso se dá através da “padronização nas formas de moradia, das construções religiosas ou festivas [...]” (*ibidem*, p.92). A industrialização foi um fator decisivo para a modificação do uso, da produção e da transformação física dos espaços urbanos. Estas modificações, direcionadas pelas relações de poder e pela normatividade resultante dessas relações, pressionaram mudanças de comportamentos e modernização do setor civil, importantes e necessárias para o novo ciclo de produção dos espaços, que até os dias atuais similarmente precedem de uma configuração padronizada em diversas culturas.

Contudo, Shishito (2017) compreende a cidade como um “produto e condicionante social” (*ibidem*, p.17), onde é importante ressaltar a importância de características culturais, políticas e

econômicas para a compreensão da pluralidade histórica e socioespacial de cada local. O funcionamento deste sistema de influências não age de forma homogênea; ao contrário, há sobreposições de interesses de uns sobre outros, produzindo um combinado de materialidades distintas, resultando em diferentes paisagens. Essas relações geram como produto a integração social ao meio físico-natural. O espaço urbano é, então, historicamente, o resultado espacial das disputas entre os diferentes grupos sociais e o próprio espaço físico construído.

Com o passar do tempo, porém, essas relações e disputas tem se tornado cada vez mais desequilibradas. Isso se dá, entre outros fatores, pelas contradições do Estado, principalmente em democracias ainda não consolidadas (MONTANER; MUXI, 2014). Gottdiener (1993, *apud* CANZI; TEIXEIRA, 2017), por sua vez, compreende que o Estado (e os grupos sociais que o dominam) utiliza o espaço como instrumento político, de forma a assegurar seu “controle de lugares, sua hierarquia estrita, a homogeneidade de todo e a segregação de partes” (CANZI; TEIXEIRA, p.1816). Logo, para manter um espaço coerente dentro da lógica do controle do estado, é necessária a repressão de manifestações individuais de grupos que venham demonstrar quaisquer ameaça à sua soberania.

Se retomarmos a compreensão dessa dinâmica a partir da ideia de valores de uso e troca, na contemporaneidade as contradições do Estado estão muito presentes nos grandes projetos públicos de “revitalização urbana” que objetivam promover, mais do que o uso revitalizador, a valorização econômica dos espaços. Os diferenciais urbanísticos incorporados em tais projetos são pouco associados aos seus valores de uso existentes ou espontâneos, e mais associados a usos artificiais, produzidos pelos próprios projetos com o objetivo de aumentar o valor econômico, e portanto, os valores de troca da terra urbana. Essas práticas, ao invés de “revitalizar”, homogeneizam os espaços urbanos inibindo ou até mesmo destruindo os valores de uso já presentes, através das manifestações culturais individuais ou de grupos sociais distintos dos grupos dominantes (HARVEY, 2004).

Este processo de produção da cidade pós-industrial tem produzido, assim, a percepção de um território “de igual forma, parcial, truncado, fragmentado e humanamente desvalorizado” (SANTOS, 2007 *apud* CANZI; TEIXEIRA, 2017, p. 1829). A urbanização, através da transformação do existente ou produção de um “novo”, tem se tornado instrumento de mercantilização dos espaços, construindo novos produtos de consumo para a sociedade, o qual se difere da cultura das cidades pré-industriais. Segundo Froner (2009) o intenso crescimento urbano e a industrialização de alguns processos da construção civil têm gerado profundos prejuízos a dois

elementos intimamente ligados à história e à memória de tais sociedades: a paisagem urbana e a arquitetura vernacular. A autora (*ibidem*) cita que a paisagem urbana, na sua essência, propaga a sua identidade histórica e artística, “ao mesmo tempo cultural e comprometida com as relações específicas da sociedade” (*ibidem*, p.89). É diante dessa problemática, em que a cidade (e a sociedade) contemporânea tem cada vez mais buscado valores contraditórios em relação à sua própria história e essência, que nos deparamos hoje. E essa questão tem trazido sérios prejuízos, materiais e imateriais, à própria cidade.

2 A (RE)PRODUÇÃO DA PAISAGEM DA CIDADE

Os cenários das cidades têm se diferenciado cada vez menos, na sua morfologia urbana e arquitetônica. Isso se dá pela difusão, através da globalização, de padrões culturais de construção e na difusão de técnicas e materiais industrializados, resultando na padronização de esquadrrias, no excessivo uso do concreto, entre outros. Os centros das cidades, áreas onde a origem e a história de cada cidade se materializam no seu tecido e nas suas edificações, agora “são reduzidas às reproduções exóticas preparadas para a atração turística” (FRONER, 2009, p.89). A necessidade de conservação da paisagem urbana não se restringe a edifícios isolados, mas ao conjunto de obras que tem significado e coerência coletiva.

Name (2010) ao citar Meining (2002) constrói um significado amplo de paisagem, abordando não apenas o sentido da visão, audição e olfato mas “o fato da paisagem sempre ser composta não apenas por aquilo que está à frente de nossos olhos, mas também por aquilo que se esconde em nossas mentes” (NAME, 2010, p.164). Sendo assim, a observação e compreensão da paisagem pelo indivíduo variam conforme sua carga de memória e conhecimento (isto é, sua cultura) sobre o que se está sendo observado, produzindo um resultado parcialmente único por observador.

Cozen (2009) observa que em núcleos urbanos antigos existe uma alta concentração de estratificação histórica causada pelos longos períodos de trabalho humano, que podem ser lidas de forma clara nas paisagens urbanas, sendo importante para sentimento de identidade urbana própria do local. A conservação da imagem representativa da evolução de cada povo ou período detém um impacto sobre a forma em que seus habitantes se reconheceram como povo formador do território. É necessário assim pensar a paisagem como instrumento educador das novas gerações. A relação desses elementos modificadores, relacionados à forma específica com que atuam sobre o espaço,

reproduzindo em um ambiente natural sua cultura de sobrevivência, é entendida como Paisagem Cultural.

Em um contexto de globalização, de forte protagonismo de cidades complexas como Tóquio, Nova Iorque, Cidade do México e São Paulo, compreendemos que são as áreas urbanas, nas suas mais diversas escalas, que guardam de forma muitas vezes não organizada, os vestígios do crescimento e desenvolvimento urbano de sociedade ao longo dos séculos. Segundo Cozen (2009), estes vestígios ficam claros nos centros históricos das cidades, não apenas nos edifícios, mas nos planos e tecidos urbanos existentes, estes condicionados mais ou menos pelas formas tradicionais (como romanos, medievais, renascentistas ou barroco).

Conforme o tempo, as formas de ocupação e habitação de um grupo social vão se sobrepondo umas às outras (na maioria das vezes não substituindo totalmente o antigo). A paisagem resultante é o instrumento cultural de identificação desse processo, onde está, segundo Cozen (2009, p. 50) a “materialização do espírito da sociedade”. O autor (*ibidem*) cita ainda que através das complexidades sociais e culturais que as cidades possuem, é possível identificar na paisagem construída uma caracterização cultural de sua condição histórica “que refletem igualmente não somente o trabalho e as aspirações da sociedade atual, mas, também, os que a precederam.” (COZEN, 2009, p.50). Como afirma o autor:

Neste sentido então, a paisagem cultural adquire existência individualizada diferenciada da sociedade que a ocupa e, muito mais do que refletir as suas aspirações atuais, reflete também um processo histórico incompleto, cumulativo de todas as necessidades e aspirações humanas sucessivas que se desenvolveram neste determinado habitat. (COZEN, 2009, p.50)

Logo, a paisagem urbana entendida como paisagem cultural é um bem patrimonial e cultural de um determinado povo, pois expressa sua cultura, história e evolução; e por isso, deve ser preservado para as futuras gerações. Froner (2009) cita que o conceito de patrimônio cultural não é de delimitação fácil, uma vez que não se pode levar apenas em consideração “expressões, criações, construções e conhecimentos transmitidos por ancestrais”, (*ibidem*, p.83) mas também a relação do lugar com a sociedade, transmitida através da paisagem. A autora traz a reflexão do espaço não apenas como aparato físico, mas como partilha de afeições por meio da consciência humana, por isso a dificuldade em mensurá-lo em palavras, pois sempre ao tentar fazê-lo, acabamos por parecer “excludentes, transitórias e insuficientes” (FRONER, 2009, p.83).

Esta herança material e imaterial do patrimônio é encontrada facilmente no conceito de “monumento”. Conforme Froner (2009), monumento é um dos conceitos mais significativos,

construídos ao longo dos séculos por diversas culturas como a greco-romano, as americanas pré-combiano ou as sociedades nômades do ocidente europeu; são definidos pelo entendimento dado a determinado bem de “valor, singularidade, criação, testemunho e, inúmeras vezes, pertencimento ao lugar” (FRONER, 2009, p.84). A autora (*ibidem*), buscando compreender a representação social de monumentos tangíveis e intangíveis, destaca um dossiê da UNESCO denominado *Global Study*, a representatividade da “Lista de Patrimônio Mundial” (*World Heritage List*). O comitê responsável por esse trabalho chega a conclusões significativas dentre as quais podemos citar:

1) A Europa encontra-se mais representada (over-represented) em relação ao resto do mundo; 2) as cidades históricas e os edifícios religiosos encontram-se mais representados em relações a outros tipos de propriedades; 3) monumentos cristãos são mais representados do que os oriundos de outras religiões; 4) a arquitetura de elite encontra-se mais representada do que a arquitetura vernacular; 5) de maneira geral, as culturas vivas – em especial as tradicionais – e sua maneira de viver pouco figura na lista. Apenas suas construções de valor arquitetônico são consideradas, excluindo outras representações de valor econômico, simbólico, social e filosófico que representam sua interação com o ambiente natural e a diversidade; 6) A divisão, Patrimônio Natural e Patrimônio Cultural, parece simplificada diante do leque de possibilidades. (FRONER, 2009, p. 85-86)

Notamos assim a hegemonia da cultura europeia, tanto no reconhecimento de seus próprios bens, como nos reconhecimentos dos bens que são frutos das colonizações. Em virtude de inúmeros processos históricos, com destaque às colonizações, construiu-se um sentimento de desvalorização de culturas tradicionais, invisibilizadas e desconsideradas, resultando na uniformização cultural do mundo ocidental. Froner (2009) cita que questões de reconhecimento cultural estão diretamente relacionadas à política e economia, uma vez que o desconhecimento e engessamento de determinados princípios desencadeiam uma heterogeneidade através de discriminação, menosprezo e eliminação de expressões culturais. “Guerras, processos de aculturação e dominação” (p.88) desconsideram a autonomia inventora presentes na diversidade e nas diferenças entre os povos. Nos tempos atuais, impactos econômicos provenientes de investimentos públicos e/ou privados, voltadas para a mercantilização do espaço urbano, podem colaborar para a preservação ou total aniquilação de bens culturais (FRONER, 2009).

Em um ambiente de crescente descaso quanto a esse assunto no Brasil, aliado à inexistência de uma política de educação, somado à pressão dos meios de comunicação acríticos, tem alienado a sociedade em relação a temas ligados à cultura, patrimônio, memória e história, principalmente à maioria da população pertencente às classes sociais mais baixas (FRONER, 2009). Tais grupos populacionais raramente são contemplados com investimentos em educação ou valorização da sua própria cultura, história e memória, já que estes temas, mesmo incipientes no Brasil, são reservados

aos extratos sociais mais elevados. Esse contexto causa as graves fragilidades brasileiras no processo de autoconhecimento de sua própria história.

Ao se observar as questões ligadas ao tema da paisagem cultural, Shishito (2017) compreende a homogeneização paisagem urbana como parte do processo de apropriação da cidade pelas elites econômicas, políticas e culturais vigentes, apropriando-se e padronizando espaços coletivos ignorando a diversidade sociocultural, e portanto, estética que tais lugares podem conter. Para o autor (*ibidem*) há culturas dominantes e alternativas; e a forma com que vão atuar na paisagem se dá de maneira diferenciada.

No contexto político brasileiro, marcado pelo clientelismo e patrimonialismo, o forte uso do estado por extratos sociais privilegiados gera graves desequilíbrios em todos os campos da nossa vida em sociedade (GORENDER, 1998; FAORO, 2012) O desequilíbrio entre as forças são evidenciadas, entre outras coisas, pelas paisagens representativas dos grupos dominantes, tornado as culturas e manifestações alternativas cada vez mais frágeis.

Cosgrove (1998, p. 233 *apud* SHISHITO, 2017, p. 21) afirma que “por mais dominante que possa ser uma cultura alternativa, ela continua subdominante à cultura nacional oficial”. Na sociedade brasileira, é comum encontrarmos esse tipo de tentativa de controle da paisagem, principalmente no último século durante o crescimento de nossas cidades, onde inúmeras favelas foram removidas para áreas distantes, e instaladas em conjuntos habitacionais de influência modernistas tanto na arquitetura quanto no urbanismo. A remodelação do território urbano como instrumento de controle, manutenção do poder e enfraquecimento dos grupos alternativos reconfigurou grande parte do perímetro urbano durante a segunda metade do século XX.

Podemos observar as transformações que as cidades tradicionais sofreram e ainda sofrem com a inserção do novo modelo econômico pautado na industrialização, onde a gestão das cidades teve de ser modificada, introduzindo as normatividades da legislação e consequentemente a troca da tecnologia construtiva adequada a realidade do momento. Estas ações tiveram como consequência a modificação não apenas das paisagens destes centros urbanos, mas também no comportamento social de seus moradores. A utilização da urbanização imposta sobre os territórios como meio de controle estatal deste, valorizando e direcionando o crescimento das cidades a partir de interesses de grupos sociais específicos, resultou no rompimento da relação que a cidade tradicionalmente tinha com o patrimônio através da paisagem e sua arquitetura vernacular.

Dentro do contexto atual de grandes cidades, passa a ser fundamental então a compreensão da reformulação dessas identidades e dos laços sociais em tais territórios de desarticulação causada

por intervenções estatais. Essa preocupação torna-se crescente se considerarmos que a população urbana brasileira continua em crescimento, mesmo que tal crescimento seja mais intenso agora nas cidades de médio porte, e não mais nas capitais, como visto ao longo do século XX. De todo modo, a identificação de paisagens culturais entra em risco, comprometendo a relação de seus habitantes com o espaço, em especial os grupos sociais mais vulneráveis, muitas vezes vivendo em favelas, que passam a sofrer os impactos do crescimento e da fragmentação causada por esses modelos de urbanização, de expansão ou remodelação urbana. Tais impactos vão desde a adulteração da morfologia original de tais assentamentos, sua originalidade e espontaneidade, até a reconfiguração da própria identidade cultural e social devido à imposição de paisagens desconectadas dos lugares em que se intervém.

3 A FAVELA NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM FORTALEZA

O termo favela, em sua origem nasce com o regresso dos soldados da guerra de Canudos (fins do século XIX), que se instalaram no Morro da Favella (atualmente, Morro da Providência), no Rio de Janeiro, com o intuito de pressionar as autoridades a pagar o que lhes havia prometido. Como este compromisso feito pelo antigo Ministério das Guerras não foi cumprido, os combatentes dos seguidores de Antônio Conselheiro edificaram suas moradias no morro. O termo “favela” dado ao morro ocupado teria relação com a espécie vegetal de mesmo nome, e suas características geomorfológicas dada pelos últimos combatentes de Canudos. À mesma época, no início do século XX, a população moradora dos cortiços sofreu com as intervenções hausmannianas da reforma urbanística de Pereira Passos, que, ao buscar a erradicação das habitações precárias através da demolição dos cortiços, acelerou o processo de ocupação dos morros. A partir desse contexto acredita-se que o termo “favela”, associado a um tipo específico de assentamentos urbanos, possa ter nascido a partir dessas formas de ocupação dos morros do Rio de Janeiro, em alusão ao referido morro no Centro da cidade. (ALMEIDA, 2016).

O termo “favela” porém ganhou conotação negativa com o avanço das reformas higienistas no final do século XIX na Europa e início do século XX no Brasil, ao se buscar o ordenamento urbanístico através de intervenções viárias e sanitárias, impondo à paisagem local os valores estéticos europeus sob o argumento higienista, para se conter possíveis endemias nas cidades. Estas intervenções tiveram como inspiração as intervenções de Haussmann em Paris (ALMEIDA, 2016).

Tais intervenções contribuíram fortemente para construir, ao longo do século, a conotação negativa das favelas, como espaço demandante de intervenções estratégicas, não no investimento sanitário e habitacional, mas na erradicação deste ignorando a organização social existente, marcada pela identidade e convívio. Essa postura reforçou a ideia da favela como uma “praga” cidadina, que aglomeravam indivíduos os quais não estavam aptos a participar da vida da sociedade civilizada ainda (O CRUZEIRO, *apud* ALMEIDA, 2016, p. 06).

A favela passa a ser vista como potencialmente “perigosa” para os moradores da ‘cidade formal’, sendo associada pelos higienistas como foco de doenças, composto por uma população considerada de raça inferior e moralmente “degenerada” que ameaçava a evolução racial do nosso país. Assim, os higienistas “transformaram a estrutura perceptiva das pessoas” e conseqüentemente a estrutura e paisagem da cidade do Rio de Janeiro. Alimentado por essa ideologia, procedeu-se, ao longo do século XX e do século XXI, com a destruição de cortiços, a remoção de favelas, a construção de conjunto habitacionais, a pavimentação de ruas, a aberturas de largas vias estruturantes de mobilidade dentro outras ações (ALMEIDA, 2016, p. 64).

Esse contexto de repulsa às favelas levou a produção governamental de um modelo de moradia mínima (conjuntos habitacionais). Estas casas modernas e habitações higiênicas são uma proposta universal (modernista) de residência, que não apenas ignoram todos costumes e hábitos de vivência das diferentes populações, mas impõe outros tipos de relações familiares, financeiras e comunitárias. Estas propriedades que eram promovidas para as pessoas que moravam em favelas, são consideradas como um grande fator de formação ideológica, estadista e ético do trabalhador. Utilizando a casa própria, buscava-se garantir a estabilidade política, dispendo meios de ascensão social, mas também de “civilidade”, tornando mais fácil sua adaptação psicológica do trabalhador pelo meio de moradia (ALMEIDA, 2016).

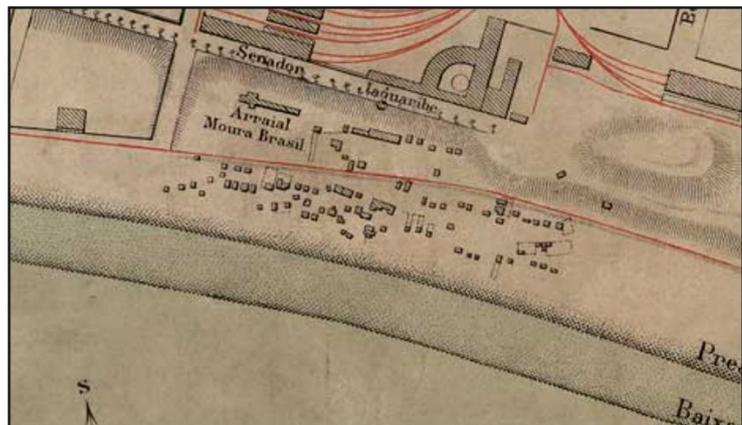
Desta forma, ao tentar unificar os costumes, hábitos e inibindo a ação da população como produtor do espaço, estaríamos modificando a forma que nossa sociedade se expressa, uma destas formas seria a arquitetura popular (ou vernacular), onde o autor Weimer (2005), elenca ao menos 3 características fundamentais deste modo de manifestação: primeiramente sua **simplicidade** e diversidade da utilização de materiais fornecidos pelo meio ambiente; em segundo lugar, a **adaptabilidade**, que acorda métodos tradicionais e suas técnicas de edificar às condições locais; terceiro, seja por sua **criatividade**, em termos de imaginação formal quanto no uso de materiais de construção. Uniformizando a forma de morar e dos habitantes se expressarem, perdem-se esses

três elementos e os resultados vindos deste processo construtivo que seriam a multiplicidade de formas e manifestações culturais nas paisagens urbanas.

A urbanização de favelas no final dos anos 70 com o fim da ditadura foi introduzida como uma parte da política de habitação em vários países ao redor do mundo, e simbolizou uma grande mudança na maneira de conceituar a favela e sua intervenção, com novas formulações dos discursos das instituições que atuavam no local. Verdadeiramente, um novo conceito político social começa a ser pensado, em que repressão em massa, e agora substituída por métodos mais amenos, pedagógicos, educativos e de administração (VALLA, 1986, *apud* ALMEIDA, 2016).

Em Fortaleza, este processo consequentemente mais lento que no Rio de Janeiro, porém não mais tardio, é mapeado em 1888 na Planta de Adolfo Herbster da Cidade de Fortaleza Capital da Província, neste podemos observar na Figura 1, a identificação do início da ocupação do Arraial Moura Brasil.

Figura 1 – Planta da Cidade de Fortaleza de 1888, com destaque para o Arraial Moura Brasil.



Fonte: Adolphe Herbster, 1888 *apud* Biblioteca Digital Luso Brasileira. Editado pelo autor.

Segundo Barros (2017), foi durante os períodos de seca (1877, 1915 e 1932) que os migrantes fugindo da miséria procuravam as cidades, no intuito de melhores condições de sobrevivência, este fato acelerou o crescimento demográfico de Fortaleza, consequentemente sua favelização, por meio da ampliação da periferia da cidade. Em 1930 a cidade sofreu um grande crescimento demográfico que a sobrecarregou, porém sua infraestrutura não consegue acompanhar este processo (SILVA, 2009).

Dos anos 1940 a 1980, o saldo de crescimento populacional da cidade é sempre superior a 40%, um dos motivos encontrados, são os términos das grandes obras do governo, como as usinas

de Itaipu e Tucuruí, os trabalhadores destas, procuravam trabalhos nas capitais. Porém, Fortaleza tinha apenas o porte de média indústria, uma vez que o processo industrial da cidade não se deu como no centro sul do país. Logo o setor não acompanhou o crescimento demográfico, sendo assim, a cidade não conseguia empregar toda a população que ali chegava. Um dos parques industriais localizados na Francisco Sá tinha seus arredores assentamentos irregulares, a zona oeste nesta época tinha a maior densidade de Fortaleza (SILVA, 2009).

A situação político-social de Fortaleza não propunha chances de melhoria de condições da população carente. A integração de uma camada social inferior é impossível neste novo panorama de expansão urbana, criando assim novas favelas na periferia da cidade. Estas se fincam como uma única possível forma de permanecer nas áreas urbanas (SILVA, 2009). Como observado em Barros (2017), também registrado em Pereira e Almeida (2018), em 1963, o Plano Diretor da cidade (de autoria de Hélio Modesto), indicava a erradicação das favelas das zonas periféricas de Fortaleza de então, incluso o Arraial Moura Brasil. Como apontado por Pereira e Almeida (2018):

Ele considerava a migração como o principal causa das favelas. Suas propostas de habitações para a população carente e a criação do Serviço Social de Favelas foram pertinentes para a prefeitura através do Programa Integrado de Desfavelamento e da Fundação do Serviço Social de Fortaleza em 1969 (PEREIRA; ALMEIDA, 2018, p.12).

Conforme Barros (2017) e reiterado por Pereira e Almeida (2018) O Programa Integrado de Desfavelamento tornou a segregação socioespacial, urbana e econômica, em diferentes escalas sociais como parte de uma política urbana, construindo conjuntos habitacionais para o reassentamento, sendo assim, crescia a suspeita da ‘melhora da qualidade de vida’ dos moradores era o real objetivo, pois os modelos habitacionais em sua maioria eram piores que os antigos assentamentos. Estas pessoas que antes moravam em áreas centrais, são excluídas geograficamente para as periferias, onde seria seu real ‘lugar na cidade’, estas formas de atuar na modificação estrutural da cidade, marcaram na década de 1960 as políticas urbanísticas de combate aos mocambos e habitações populares em todo o Brasil (BARROS, 2017).

Logo então, as favelas desapareceriam por serem consideradas um problema dentro dos planos urbanísticos das cidades, ou por estarem em terrenos valorizados pelo mercado imobiliário (como em alguns casos da zona Leste). Uma das justificativas para a erradicação pelo governo seria que as favelas ‘corrompiam’ a índole do homem, e desagregavam as famílias. Conforme essas retiradas aconteciam, a ideologia de desenvolvimento urbano da época se tornava real na cidade de Fortaleza (BARROS, 2017). Segundo Silva (2009), tendo em vista que algumas ocupações se localizavam em terrenos de equipamentos públicos (praças, ruas, etc.), o que

atrapalhava a circulação e valorização dos sítios, principalmente nos bairros da Varjota e Papicu. O autor (*ibidem*) ainda comenta sobre a pressão política dos donos de terrenos e vizinhos a estas favelas, os quais davam forças as políticas de erradicação dos assentamentos.

O sistema de erradicação conforme Barros (2017) e Pereira e Almeida (2018), teve grande predisposição a uma política de separação, o que inibia ao máximo a escolha dos moradores sobre a localização de suas futuras habitações. Logo as favelas se mostravam como uma das únicas maneiras de se morar próximo ao trabalho, porém ser habitante de um modelo de habitação estatal era ter a segurança de que já não seria reassentado novamente, os destinos mais comuns destas ações eram: Conj. Marechal Rondon, Conj. Alvorada e Conj. Palmeiras (BARROS, 2017; PEREIRA; ALMEIDA, 2018)

Os bairros então acabam por se diferenciar a partir de características próprias, resultados de diversas intervenções urbanísticas pelos administradores da cidade. A cidade é o resultado de tensões e disputas de interesses por território e valores, que acabam por se resultar na segregação dos espaços. Um local na cidade além de ser uma necessidade pessoal e familiar de moradia, proporciona cidadania e identidade, de forma que o indivíduo se sinta inserido no meio social completamente. As práticas de desfavelamento em Fortaleza não estavam engajadas com questões sociais, mas com a questão urbanística espacial, e muitas ocasiões desta tinha como prioridades o governo municipal (BARROS 2017).

As diferenças atuais dos espaços urbanos de Fortaleza são regidas por renda, status e posição social, onde observamos o poder econômico controlando a cidade e sua forma de ocupar e dinamizar, o que deveria ser o estado detentor deste poder, ocasionando de forma nítida a segregação do espaço urbano. Isto está diretamente ligado a nosso contexto histórico de exclusão social, e precárias condições econômicas de acesso a serviços públicos e infraestrutura urbana. Sendo esta omissão de serviços, o provedor da negação aos direitos básicos (ALMEIDA, 2014).

Conforme Almeida (2014), o próprio urbanismo moderno é um gerenciador desta segregação, dividindo os indivíduos pela cidade por questões econômicas e culturais. Este modelo urbano é incapaz de compreender a favela em sua complexidade e diferenciação, criando uma interpretação simplista do objeto, potencializando o estigma da pobreza nestas localidades.

4 O CONJUNTO SÃO VICENTE DE PAULO E SUAS TRANSFORMAÇÕES

Como foi dito no capítulo anterior, as favelas contribuíram de forma considerável para o crescimento demográfico de Fortaleza, principalmente na segunda metade do século XX. O objeto

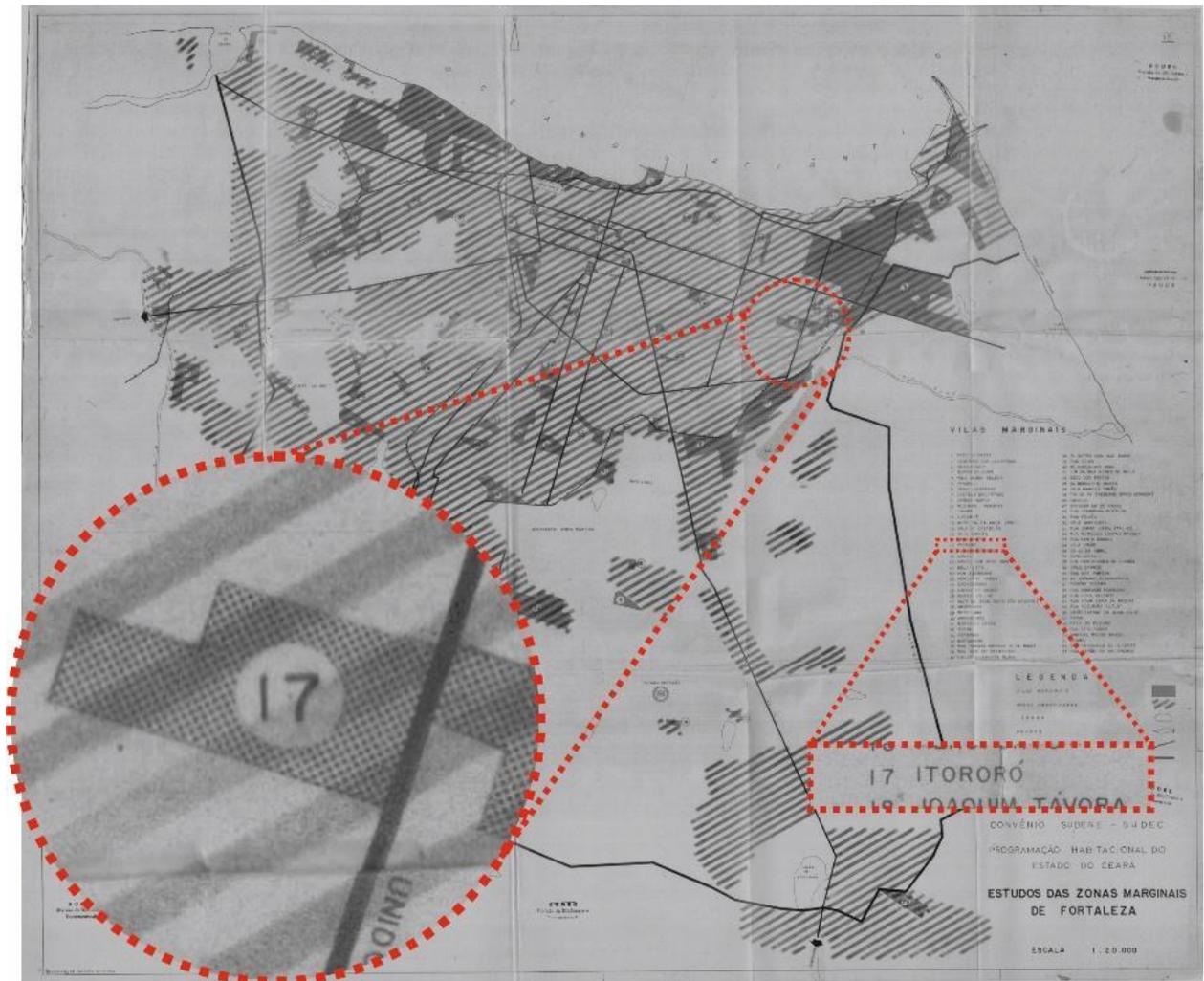
de estudos ao qual esta pesquisa se propõe a analisar se localiza na área leste da cidade, conhecida pelo alto valor imobiliário ao qual é empregado pelo mercado nos terrenos.

Segundo Pereira (2018), os primeiros habitantes do assentamento, primeiramente conhecido como Favela das Quadras ou Quadras Santa Cecília, chegam ao local por volta de 1966, vindos do interior do estado ou de outras favelas que sofreram remoções. O Plano Diretor de 1963 cita um crescimento expressivo de favelas devido às migrações, e ainda dá ênfase a materialidade vernacular das habitações, esta semelhante ao local de origem dos moradores (PEREIRA, 2018). Nesta época apenas 20% dos prédios da zona urbana e suburbana eram atendidos pela rede de abastecimento de água, o atendimento a rede elétrica era de 70%, e apenas 10% da população tinha acesso a rede de esgoto (FORTALEZA, 1969 *apud* PEREIRA, 2018).

Em 1971, foi produzido pelo governo o documento Programação Habitacional, este tinha como finalidade ter um apanhado geral sobre a questão urbanística das maiores cidades do Ceará, para assim nortear as melhorias que seriam necessárias juntamente com a implantação de habitações. Junto ao diagnóstico foi produzido um mapeamento das ‘Vilas Marginais’ – favelas – em Fortaleza, no total foram identificados 73 assentamentos. Em pesquisa, esta foi a primeira vez que o objeto de estudo aparece mapeado em um documento oficial. Sob a legenda de número 17, é identificado como ‘Vila Marginal Itororó’ (sendo este o antigo nome da Rua General Tertuliano Potiguara) (PEREIRA, 2018).

O texto do documento nos informa da livre ação de grandes proprietários de terra, especulando seus terrenos vazios em áreas valorizadas, fazendo com que o movimento de modificação de assentamentos serem recorrentes. Deixa ainda claro que o poder público municipal, o qual não tinha um plano diretor que se direcionava para um crescimento urbano mais socialmente equilibrado, acabava por isentá-los das responsabilidades que suas terras tinham em perímetro urbano e semiurbano (PEREIRA, 2018). Observamos neste caso que a falta de regulamento normativo, foi a resposta que se encontrou para agir compulsoriamente na expansão urbana, utilizando a o valor de troca da terra para interesses privados, comprometendo a função social da terra e o crescimento justo da cidade. Como podemos ver na Figura 2, parte considerável da área leste da cidade era formado por favelas.

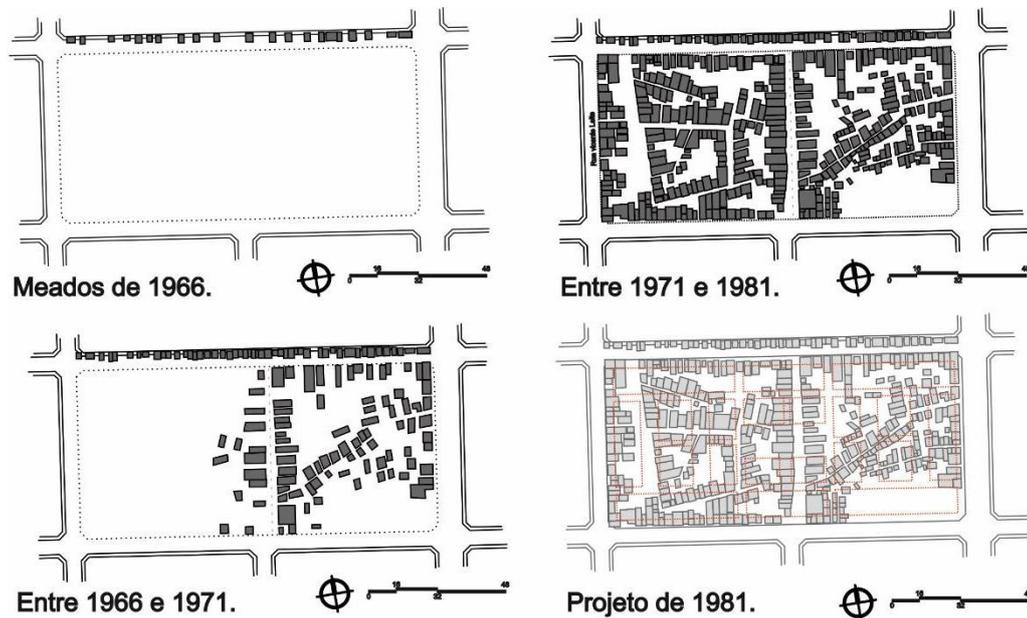
Figura 2 – Mapeamento das Vilas Marginais, com destaque para a área do objeto de estudo.



Fonte: SUDENE/SUDEC 1971 (apud PEREIRA; ALMEIDA, 2018).

Pereira (2018), formula um conjunto de imagens ilustrativas de como a população produziu o assentamento espontâneo que veio a se chamar Favela das Quadras; o material foi produzido com base em entrevistas e documentos oficiais. As figuras representam desde o início da ocupação em meados de 1966 até 1981, quando é apresentado o modelo do Conjunto Habitacional.

Figura 3 – Evolução do assentamento entre 1966 e 1981.



Fonte: Pereira, 2018, editado pelo autor.

Morfologicamente vemos algumas semelhanças do antigo desenho do assentamento, com o desenho urbano de cidades tradicionais pré-industriais. A espontaneidade da forma era dada pelos moradores durante o processo de construção do local, e sua caracterização foge de um padrão ou de um senso homogêneo. Na Figura 4, algumas fotos do assentamento antes de ser substituído pelo Conjunto Habitacional.

Figura 4 – Favela das Quadras antes da urbanização.

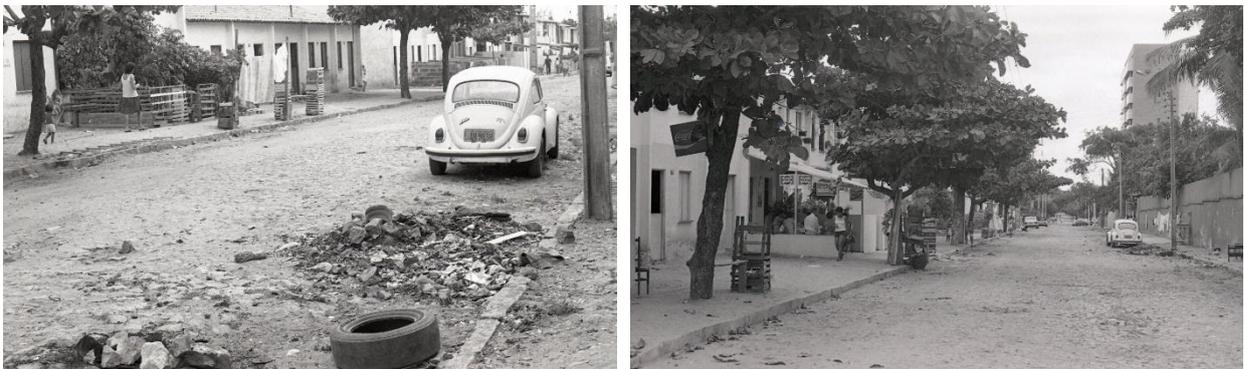


Fonte: Diário do Nordeste, fev. 1981.

Segundo Pereira (2018), diversas favelas na área foram removidas, reconfigurando totalmente o tecido urbano local, a Favela das Quadras foi a única em toda sua localidade que permaneceu como reassentamento em conjunto habitacional. Neste caso fica claro a interferência estatal na padronização da moradia, mas principalmente na padronização e tentativa de

homogeneização formal da paisagem. Como podemos observar, o traçado em vermelho da proposta do conjunto, desconsidera totalmente o desenho original produzido pelos moradores, descaracterizando o espaço gerado e reconfigurando, agora dentro de normas e modelos estatais, retirando a identidade e sentido de pertencimento dos que ali moram. Na Figura 5, podemos notar algumas transformações posteriores a implantação das moradias padronizadas.

Figura 5 – Rua Beni Carvalho após construção do Conj. Habitacional.

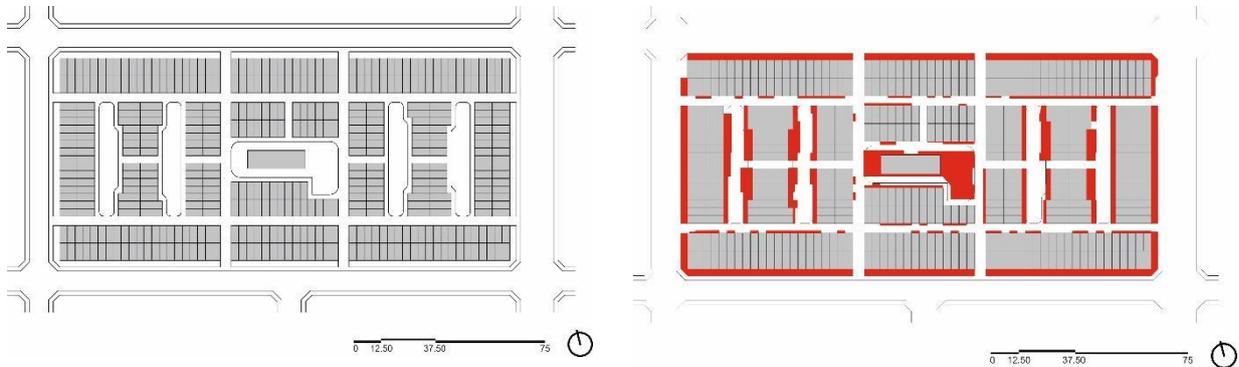


Fonte: Diário do Nordeste, 1982.

Ao observar a Figura 5, podemos notar que mesmo antes do conjunto ter sido finalizado (junho de 1986) com suas residências uniformes, alguns moradores já iniciam um tipo de processo de readaptação ao novo espaço. Eles intuitivamente, vão aos poucos, recriando laços com o lugar, uma vez que os antigos foram destruídos, e através desta ação os moradores podiam materializar uma das coisas que lhes haviam restado, que são: sua identidade, seus costumes e suas necessidades.

Segundo Pereira e Almeida (2018), a adaptação da habitação às necessidades das famílias – muitas vezes numerosas – foi o principal motivo do início das modificações, uma vez que a habitação variava entre 21m² (casa térrea 3,5x8,00) e 42m² (sobrado). Estas modificações ocorreram principalmente na construção das residências no local das calçadas, adquirindo assim 2 ou 3 metros ao espaço interno, reconfigurando a relação imposta que os moradores viriam a ter com o espaço público, após estas modificações, as casas pareciam estar mais juntas, e a relação do morador com a rua acabou por se tornar mais próxima (PEREIRA; ALMEIDA, 2018). Na Figura 6, podemos compreender onde estas modificações foram feitas.

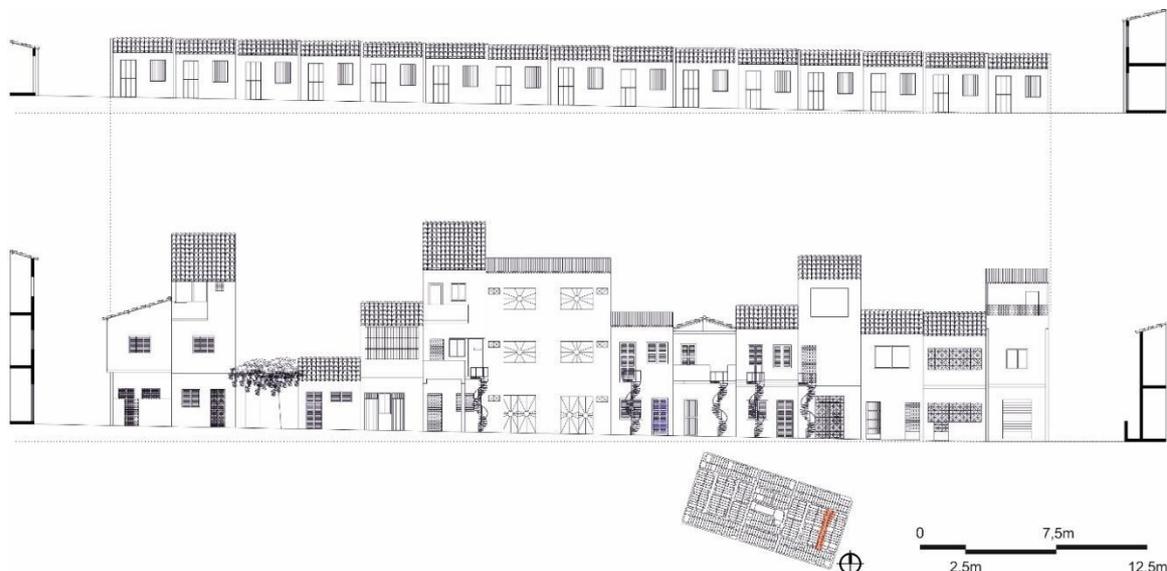
Figura 6 – Conjunto Habitacional em sua conformação original (1986) e modificações feitas pelos moradores (2018).



Fonte: Pereira, 2018.

A atuação do morador no espaço consegue ser mais nítida quando observamos as fachadas das residências, sua forma de apropriação individual consegue nos revelar a cultura da transformação e apropriação do espaço, o qual foi tentado erradicar com o modelo habitacional. Após 30 anos da construção do conjunto habitacional, os moradores quebram com a ideia da normatividade e uniformidade, e materializam o espírito do assentamento espontâneo, dando uma aparência de irregularidade e inconstância dentro de um modelo rígido e ortogonal. As modificações logo entram em oposição com a ideia inicial de controle da paisagem urbana de grupos sociais mais vulneráveis adotada pelo estado para a construção habitacional. Como podemos ver na Figura 7, as modificações são significativas para o estudo.

Figura 7 – Rua Verdes Mares lado leste em 1986, e sua conformação mais atual (2018).



Fonte: COHAB com modificações para exemplificação ilustrativa (PEREIRA; ALMEIDA, 2018).

As transformações formais que ocorreram (e ainda ocorrem) no Conjunto São Vicente de Paulo, por suas características, classificam o local no imaginário coletivo como “favela”. Isto ocorre devido à falta de referências urbanísticas e arquitetônicas quanto a locais espontâneos, sendo isso uma consequência da normatização da paisagem ao qual estamos acostumados a vivenciar através das instituições de poder, que utilizam a urbanização como instrumento regulador do espaço. Ao ir contra essa lógica, cria-se uma ideia de contradição às normas estatais, consequentemente uma criminalização do produzir e adaptar sua moradia quando esta tem características que ferem as regras da paisagem normativa.

O conjunto habitacional, até hoje é conhecido como “Comunidade das Quadras”, pois a população externa do local não os reconhece como modelo de habitação estatal, uma vez que o projeto original está descaracterizado – dentro de uma ideia de paisagem urbana imposta. A cultura da cidade tradicional, em que é diversa, movimentada, inconstante e densa, pode ser encontrada neste objeto, inserida originariamente dentro de um modelo rígido, mas bem representada na questão de formas de se ressignificar espaços pela população.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que durante os tempos, a manipulação da paisagem como instrumento de poder e manutenção do mesmo pelas elites evoluiu conforme a condição em que a sociedade se encontra. A criação de marcos sociais ajuda na formulação e memorização das paisagens e feitos, nos condicionando apenas as paisagens impostas, e nos limita a não reconhecer as possíveis realidades existentes dentro de uma mesma sociedade.

A favela no Brasil participou efetivamente do crescimento das principais capitais brasileiras, porém seu modelo de ocupação nas paisagens urbanas era divergente da adotada pelo governo, o qual sempre tentou se enquadrar dentro de padrões eurocêntricos – desconsiderando raízes africanas e indígenas –, para isso, foram implantadas diversas intervenções higienistas, na busca de limpar a reputação da imagem urbana nacional.

A construção de conjuntos habitacionais, ainda faz parte deste modelo de intervenções, a implantação de marcos sociais reguladores na cidade com o intuito de ‘civilizar’ a paisagem, tem também a função de limitar o morador a modificar e expressar sua cultura e identidade.

A cidade de Fortaleza, é marcada por intervenções urbanísticas de remoções e construções de conjuntos habitacionais, a paisagem da cidade foi construída direcionada para uma visão

normativa e elitista, tendo como resultados: um tecido urbano fragmentado, segregação sócio espacial e expressiva especulação imobiliária.

O Conjunto São Vicente de Paulo, passado por este processo de reconfiguração espacial, consegue em 30 anos, reafirmar sua identidade cultural, ultrapassando os limites rígidos impostos pelo modelo estatal. As relações e dinâmicas existentes no assentamento espontâneo, permanecem reorganizadas, e se materializam de forma consistente e fluído estabelecendo uma paisagem atípica nesta região da cidade. A necessidade de estudo destas diversas formas e ocupar e viver o espaço é um dos meios de reconhecer e enaltecer culturas e povos que até o momento foram excluídos do processo cultural urbano.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. A. **Segregação urbana na contemporaneidade: O caso da Comunidade Poço da Draga na cidade de Fortaleza.** 2014. 259 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.

ALMEIDA, R. G. **Favelas do Rio de Janeiro: Uma geografia histórica da invenção de um espaço.** 2016. 510f. Tese (Doutor em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

BARROS, A. C. Favelas em Fortaleza: do surgimento a tentativa de erradicação (1877-1973). In: XXIX Simpósio Nacional de História. Contra os preconceitos: História e Democracia., 2017, Brasília. **Anais eletrônicos.** Brasília: UnB, 2017. Disponível em: <https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1494284189_ARQUIVO_FAVELASEMFORTALEZA.pdf>. Acessado em: 16 jun. 2019.

CANZI, I; TEIXEIRA, M. M. A Produção do espaço jurídico-político da cidade: Uma abordagem a partir da teoria de Henri Lefebvre. **Revista de Direito da Cidade.** Rio de Janeiro, vol. 9, nº 4, p. 1815-1833, 2017. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/28825>>. Acessado em: 19 jun. 2019.

COZEN, M. R. G. As paisagens urbanas históricas na Inglaterra: um problema de geografia aplicada. In: CASTRIOTA, L. B. (Org.) **Paisagem Cultural e Sustentabilidade.** Belo Horizonte: IEDS/UFMG, 2009. P. 47-67.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna – Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural.** São Paulo: Ed. Loyola, 2004.

FAORO, R. **Os Donos do Poder – Formação do Patronato Político Brasileiro.** São Paulo: Ed. Globo, 2012.

FRONER, Y. Patrimônio cultural: tangível e intangível. In: CASTRIOTA, L. B. (Org.) **Paisagem Cultural e Sustentabilidade.** Belo Horizonte: IEDS/UFMG, 2009. P. 83-94.



GORENDER, J. **A Burguesia Brasileira**. São Paulo: ed. Brasiliense, 1998.

MONTANER, J. M.; MUXÍ, Z. **Arquitetura e Política**: Ensaio para mundos alternativos. Barcelona: Editora G.gilli, Ltda, 2014.

NAME, L. O conceito de paisagem na geografia e sua relação com o conceito de cultura. **Revista GeoTextos**. Vol. 6, n. 2, p. 163-186. 2010. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/viewFile/4835/3584>>. Acessado em: 20 jun. 2019.

PEREIRA, R. C. F.; ALMEIDA, A. A. A Favela como parte da paisagem cultural urbana: O caso do Conjunto São Vicente de Paulo em Fortaleza/CE. In: Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas, 3., 2018., Salvador. **Anais do III UrbFavelas**. Salvador: Universidade Católica de Salvador. Programa de Pós-Graduação, 2018, p. 1-22.

PEREIRA, R. C. F. **A favela como paisagem cultural da cidade**: O caso do Conjunto São Vicente de Paulo (Comunidade das Quadras) em Fortaleza. 2018. 219f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Centro Universitário 7 de Setembro. Fortaleza. Dez. 2018.

SHISHITO, A. A. A Nova Geografia Cultural de Cosgrove e o grafite como proposta de entendimento da paisagem. **Revista Geografia e Pesquisa**. UNESP-Ourinhos, v.11, nº2, p. 16-24, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.22491/1806-8553.v11n2a002>>. Acessado em: 20 jun. 2019.

SILVA, J. B. da. Formação Socioterritorial Urbana. In: DANTAS, E. W. C. (Org.). **DE CIDADE A METRÓPOLE**: (Trans)formações Urbanas em Fortaleza. Publicado em 2009. Edições UFC. Editor Prof. Antônio Cláudio Lima Guimarães. 235 p. Disponível em: <<http://www.ppggeografia.ufc.br/images/cidadeametrople.pdf>>. Acessado em 16 mai. 2018.

WEIMER. G. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2005.